

RA-037-2024

**Irmandade da Santa Casa
de Misericórdia de Jaboticabal**

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
e o Relatório dos Auditores Independentes**

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanços patrimoniais - Ativos	6
Balanços patrimoniais – Passivos e Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Irmandade de Misericórdia de Jaboticabal
Jaboticabal SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade de Misericórdia de Jaboticabal ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade de Misericórdia de Jaboticabal em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de 2022, datado de 10 de fevereiro de 2023, continha ênfase relacionada ao reajuste do piso salarial nacional da enfermagem que a Entidade havia decidido pela não constituição de provisão para pagamento devido às incertezas quanto a eficácia jurídica do assunto naquela ocasião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

(i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

(iii) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(iv) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 8 de fevereiro de 2024.



Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3



Jefferson Alex Carvalho de Sousa
Contador CRC 1SP250233/O-3

Balancos patrimoniais - Ativos
Em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante		5.768.965	6.196.354
Caixa e Equivalente de Caixa	6	279.733	624.712
Caixa		783	905
Banco C/Movimento - Recursos Livres		10.463	8.589
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição		179.859	167.957
Banco C/Movimento - Recursos com Restrição		-	100.000
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição		88.629	347.261
Créditos a Receber		4.399.003	3.711.783
Créditos de Convênios	7	4.253.549	3.495.666
Créditos com Empregados	8	103.832	87.421
Créditos com Fornecedores	9	650	55.022
Outros Créditos	10	30.603	66.077
Despesas Antecipadas		10.368	7.597
Estoques	11	1.090.229	1.859.859
Almoxarifado		1.090.229	1.859.859
Não Circulante		29.369.987	29.714.829
Realizável a Longo Prazo	12	-	11.035
Depósitos Judiciais		-	10.841
Outros Créditos		-	194
Investimentos		2.281	2.029
Imobilizado	13	29.367.706	29.701.765
Bens de Uso Próprio		37.753.152	37.356.763
(-) Depreciação Acumulada		(8.385.446)	(7.654.998)
Total do ativo		35.138.952	35.911.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais – Passivos e Patrimônio Líquido
 Em 31 de dezembro
 Em reais

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante		8.883.032	10.266.620
Fornecedores de bens e serviços	14	4.266.499	4.346.620
Obrigações com empregados	15	1.936.147	2.127.191
Obrigações tributárias	16	319.533	308.860
Empréstimos e financiamentos	17	1.855.071	2.300.552
Subvenções governamentais	18	152.312	519.880
Outras obrigações	19	353.472	663.517
Não Circulante		5.009.152	3.085.712
Fornecedores de bens e serviços	14	150.590	246.367
Empréstimos e financiamentos	17	2.705.444	385.205
Subvenções governamentais	18	962.726	1.169.081
Outras obrigações	19	771.071	900.059
Provisão para contingências	20	419.320	385.000
Patrimônio Líquido	22	21.246.768	22.558.851
Patrimônio Social		944.579	551.211
Ajustes de Avaliação Patrimonial		21.614.272	21.828.862
Déficit/ Superávit do exercício		(1.312.083)	178.778
Total do passivo		35.138.952	35.911.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em de reais

	Nota	2023	2022
Receitas líquidas		40.266.153	37.282.015
Com Restrição	23	17.011.680	15.012.898
Subvenção Federal		1.398.137	1.371.025
Subvenção Estadual		260.746	700.423
Subvenção Municipal		15.352.797	12.941.449
Sem Restrição		23.254.473	22.269.117
Receitas com Serviços Prestados - SUS		3.729.214	3.225.395
Receitas de Serviços Prestados - Convênios		19.215.668	18.565.391
Receitas de Serviços Prestados - Particulares		317.441	550.034
Contribuições e Doações Voluntárias	23	222.646	228.198
(-) Glosas e Abatimentos - Convênios		(230.495)	(311.159)
Receita com Trabalho Voluntário		-	11.257
(-) Custo dos Produtos e Serviços Vendidos		(27.848.271)	(25.763.513)
(-) Custo dos Produtos e Serviços Vendidos		(27.848.271)	(25.763.513)
Resultado Bruto		12.417.881	11.518.500
(-) Despesas operacionais		(12.953.180)	(12.652.911)
Gerais e Administrativas		(5.059.654)	(5.033.714)
Pessoal		(7.219.533)	(6.817.491)
Depreciação / Amortização		(730.448)	(723.841)
Provisões		56.455	(77.865)
Outras Receitas		936.351	2.083.833
Recuperação de Despesas		105.259	1.227.005
Receitas com Aluguéis		443.131	422.939
Outras Receitas Operacionais		387.962	433.889
Outras Despesas		(817.926)	(155.538)
Outras Despesas		(817.926)	(155.538)
(-) Despesas c/ Trabalho Voluntário		-	(11.257)
Resultado financeiro		(895.210)	(603.849)
Receitas Financeiras		165.183	68.635
Despesas Financeiras		(1.060.393)	(672.484)
Superavit do exercício		(1.312.083)	178.778
Renúncia fiscal de tributos		-	-
Tributos federais		-	-
Cota Patronal Previdência Social - Devida		(3.302.915)	(3.356.746)
Imunidade Da Cota Patronal - Usufruída		3.302.915	3.356.746
COFINS s/ Faturamento - Devido		(766.852)	(791.682)
Imunidade COFINS s/ Faturamento		766.852	791.682
Tributos municipais		-	-
IPTU - Devido		(72.217)	(80.863)
Imunidade do IPTU		72.217	80.863
I.S.S. Devido		(511.235)	(527.788)
Imunidade do I.S.S.		511.235	527.788
Superavit final		(1.312.083)	178.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em de reais

	Patrimônio Social	Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	(3.485.706)	1.460.662	24.405.117	22.380.073
Transferência do déficit do exercício para o patrimônio social	1.460.662	(1.460.662)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	2.576.255	-	(2.576.255)	-
Superávit do Exercício	-	178.778	-	178.778
Saldos em 31 de dezembro de 2022	551.211	178.778	21.828.862	22.558.851
Transferência do superávit do exercício para o patrimônio social	178.778	(178.778)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	214.590	-	(214.590)	-
Déficit do Exercício	-	(1.312.083)	-	(1.312.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	944.579	(1.312.083)	21.614.272	21.246.768

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em reais

1 - Das Atividades Operacionais:

	2023	2022
(A) Ajustes por:		
Superavit/Déficit do Exercício	(1.312.083)	178.778
Depreciação	832.683	723.841
Saldo Residual baixa bens	(91.536)	(32)
Provisão Juros s/Empréstimos	658.530	338.213
Provisão para Contingências	34.320	(906.152)
	121.913	334.649
(B) (Acréscimo) e Decréscimo do Ativo		
Contas a Receber	(757.883)	593.407
Bens e Títulos a Receber	769.630	(9.657)
Adiantamentos	37.938	(37.689)
Outros Créditos	32.725	(30.773)
Realizável a Longo Prazo	11.035	-
	93.445	515.288
(C) Acréscimo e (Décrécimo) do Passivo		
Fornecedores	(577.833)	754.996
Prest. de Serviços Médicos	401.935	(70.553)
Obrigações com Pessoal	(193.721)	201.280
Obrigações Sociais	2.677	857
Obrigações Tributárias	10.672	(140.017)
Outras Obrigações	(1.012.954)	(97.920)
	(1.369.224)	648.643
Total das Atividades Operacionais (A+B+C)	(1.153.866)	1.498.580
2 - Das Atividades de Investimentos:		
(-) Aquisição do Imobilizado	(407.088)	(831.957)
(-) Aquisição de Investimentos	(252)	(666)
Total Das Atividades De Investimentos	(407.340)	(832.623)
3 - Das Atividades De Financiamentos:		
(+) Captação de Empréstimos	6.704.166	1.646.854
(-) Pagamento de Empréstimos	(4.829.409)	(2.581.299)
(-) Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	(658.530)	(331.985)
Total Das Atividades De Financiamentos	1.216.227	(1.266.430)
Variação Das Disponibilidades (1+2+3)	(344.979)	(600.473)
Saldo das Disponibilidades no Final Do Exercício	279.733	624.712
Saldo das Disponibilidades no Início Do Exercício	624.712	1.225.185
Variação Ocorrida No Período	(344.979)	(600.473)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

1 Contexto operacional

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal** é uma Entidade Filantrópica, Pessoa Jurídica de direito privado, reconhecida de Utilidade Pública, fundada em 1.904. Tem como objetivo básico, sem finalidade de lucro, a manutenção de leitos e serviços hospitalares para uso público, sem distinção de raça, cor, credo, sexo e religião, dentro das proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos estaduais.

Sua Estrutura Física é formada por 11.058,06 m² (área total do terreno), e sua área construída corresponde a 7.532,61 m², e está localizada à Rua Floriano Peixoto, 1387, Bairro Centro, Cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante da Entidade ficou negativo em R\$ 3.114.067 (e R\$ 4.070.267 em 2022). Ainda, em 31 de dezembro de 2023 a Entidade apresentou déficit de R\$ 1.312.083. Adicionalmente, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023, a Entidade possuía débitos com fornecedores e prestadores de serviços em atraso. Para fazer frente a esse cenário, os planos da administração para melhoria dos resultados operacionais e geração de caixa positivo compreendem as seguintes ações, muitas delas concluídas no exercício seguinte e que colaborarão com a manutenção das atividades operacionais da Entidade no futuro:

- Renegociações com fornecedores;
- Análise de mercado para busca de novos clientes/parcerias;
- Obtenção de recursos de incentivos e subvenções públicas;
- Renegociação de contratos com principais clientes;

Para cumprir com suas obrigações e atender as suas necessidades de caixa mantendo a sua atividade operacional, a Entidade utiliza-se de recursos provenientes de prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Convênios não SUS e Particulares, dos quais serão ampliados com objetivo de uma melhoria no ticket médio geral, gerando uma maior rentabilidade na operação.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Entidade, as projeções futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 8 de fevereiro de 2024. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2023 e de 2022, a Entidade não realizou operações para apresentação da demonstração do resultado abrangente. Dessa forma, não está apresentando a demonstração do resultado abrangente para os exercícios de 2023 e de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Caixa e equivalentes de caixa; ii) Recursos de subvenções; iii) Contas a receber; e iv) Outros créditos.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Empréstimos e financiamentos a pagar; ii) Fornecedores e prestadores de serviço a pagar; e iii) Outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Operadora tenha o direito legal de compensar os valores e

tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

3.3 Recursos de subvenções

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

3.4 Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

3.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil estimada em anos</u>
Edifícios	25
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.7 Intangível

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

3.8 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

3.10 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviço são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido nas sobras ou perdas do exercício, como dispêndios/ despesas operacionais.

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

3.13.1 Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.13.2 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.13.3 Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.14 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

(i) Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

(ii) Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

3.15 Apuração do resultado contábil

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

3.16 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício

3.17 Receita com doações

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação

3.18 CPC 47 – Receita De Contrato Com Cliente

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

As receitas da Entidade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do atendimento a pacientes para execução do objeto social da Entidade, as fontes de recursos são advindas de: (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como atendimentos realizados ao SUS a pacientes e convênios e particulares, (ii) doações, subvenções e outras receitas (iii) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

▪ Quadro de receitas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas Produção		
Receita convênio SUS	3.729.214	3.225.395
Receitas Convênio não SUS	19.215.668	18.565.391
Receitas Particulares	317.441	550.034
	<u>23.262.323</u>	<u>22.340.820</u>
Receitas Subvenções		
Subvenções Governamentais	17.011.680	15.012.897
	<u>17.011.680</u>	<u>15.012.897</u>
Outras Receitas Operacionais		
Outras Receitas Operacionais	433.532	1.592.072
	<u>433.532</u>	<u>1.592.072</u>
Receitas Financeiras		
Receitas Financeiras	165.183	68.635
	<u>165.183</u>	<u>68.635</u>
	<u>40.872.718</u>	<u>39.014.424</u>

A Entidade concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, porém não foram constatados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras por entender que seus atuais critérios de reconhecimento de receita se aproximam substancialmente as novas exigências de reconhecimento.

3.19 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.20 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente no patrimônio líquido.

3.21 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Estimativa e julgamento contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais os respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa “impairment”

Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, conforme nota explicativa 7.

b) Vida útil estimada do ativo imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado conforme nota explicativa 13.

c) Provisão para contingências

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 20.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

Todos as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Entidade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos de taxas de juros, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade que é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

5.1.1 Risco de crédito

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, principalmente os recebíveis de convênios.

A Entidade não exige garantias com relação às contas a receber de convênios e outros créditos.

Os valores contábeis financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis está representada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	279.733	624.712
Créditos a receber	4.368.400	3.711.783
Outros créditos	30.603	194
	<u>4.678.736</u>	<u>4.336.689</u>

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito, sendo a carteira pulverizada. Os valores a receber de SUS estão baseados em acordos de valores e limites.

O cálculo das perdas esperadas está demonstrado a seguir:

CONVÊNIO	Faturas em aberto		Provisão de glosas	
	2023	2022	2023	2022
SUS	875.322	-	26.289	-
CABESP	96.556	193.704	4.496	44.059
ECONOMUS	33.623	19.885	3.346	32.206
FAEC	836	24.411	395	2.242
UNIMED	2.060.654	1.422.585	813	2.528
IRMANDADE DE MIS.HOSP. STA	116.295	18.206	-	10.759
PARTICULARES	5.894	90.553	-	-
	3.189.183	1.769.344	35.339	91.794

A Entidade informa também que somente o impacto da PCLD apontado acima causa efeitos em suas Demonstrações Financeiras.

Também concluiu que os Passivos Financeiros estão devidamente escriturados, sendo suas obrigações devidamente reconhecidas contabilmente e por isso entende-se que os seus atuais critérios de reconhecimento de Passivo Financeiro estão de acordo com as novas exigências.

5.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e prestadores de serviços médicos.

Face as dificuldades de fluxo de caixa da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde.

Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,60 e 0,46 (0,73 e 0,50 em 2021), respectivamente, indicando a falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

A Entidade realiza o monitoramento do seu fluxo de caixa e busca otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Face a desafiadora e complexa situação financeira da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. Com isso, certas obrigações têm tido seus prazos de pagamentos postergados. Além disso, a Entidade está num intenso processo de renegociação com seus principais devedores no sentido de adequar seus fluxos e prazos de pagamentos as suas expectativas de geração de caixa, sem prejuízo da continuidade das operações e imagem da Entidade.

5.1.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como a possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço; essas oscilações podem provocar alterações nas receitas e custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com a convenção coletiva da categoria.

5.1.4 Risco de taxas de juros

A Entidade não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a valores em caixa e bancos conta movimento, oriundos de recursos próprios e de subvenções.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	783	905
Bancos c/Movimento Livre	10.463	8.589
Bancos c/ Movimento c/ Restrições	-	100.000
Aplicações de Liquidez imediata Livre	179.859	167.957
Aplicações Liquidez imediata c/Restrição	88.629	347.261
	<u>279.733</u>	<u>624.712</u>

7 Contas a receber de convênios

A Entidade em 31 de dezembro de 2023 possui valores a receber do Governo Federal por serviços prestados segundo o contrato firmado com o Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde, Convênios não SUS e Pacientes Particulares.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Convênio SUS	99.239	168.798
Convênios não SUS	2.313.860	1.769.343
Prefeitura M. Jaboticabal	776.083	871.877
Faturamento em andamento	1.099.704	777.442
Provisão p/ perdas s/ créditos	(35.339)	(91.794)
	<u>4.253.549</u>	<u>3.495.666</u>

8 Créditos com empregados

A Entidade possui valores a receber de adiantamentos realizados aos empregados com posição em 31 de dezembro de 2023 conforme quadro abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de Salários	10.268	5.538
Adiantamento de Férias	84.906	71.149
Crédito com Funcionários	8.657	10.734
	<u>103.832</u>	<u>87.421</u>

9 Crédito com fornecedores

A Entidade possui valores a receber de adiantamentos realizados a fornecedores, com posição em 31 de dezembro de 2023 conforme quadro abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento Leasing	650	55.022
	<u>650</u>	<u>55.022</u>

10 Outros créditos

A Entidade possui valores de outros créditos a receber na data base de 31 de dezembro de 2023 conforme quadro abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aluguel Imóvel	19.489	16.162
Outros Adiantamentos	23	-
Devolução de Mercadorias	6.834	12.011
Serviços c/ Estágio	-	25.231
Estacionamento	30	60
SIPAG	4.226	12.613
	<u>30.603</u>	<u>66.077</u>

11 Estoques

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Medicamentos	303.188	1.230.299
Material Hospitalar	268.605	258.417
Material de Consumo em geral	518.435	371.143
	<u>1.090.228</u>	<u>1.859.859</u>

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2023, saldos dos Estoques que são avaliados ao custo médio de aquisição.

12 Ativo não circulante – realizável a longo prazo

A Entidade em 31 de dezembro de 2023 possui saldos de depósitos judiciais referente a processo Trabalhista e Sindical, e créditos a receber de contas hospitalares conforme quadro abaixo:

	<u>2022</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	4.994
Depósitos Processos - Fornecedor	5.847
Contas de Pacientes	5.790
Provisão p/Perdas s/ Créditos	(5.596)
	<u>11.035</u>

13 Imobilizado

a. Composição do saldo

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2023 o imobilizado que é demonstrado pelo custo de aquisição, é depreciado pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta a vida útil do bem. Segue abaixo a posição do ativo imobilizado

			<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Taxa anual de depreciação	Custo + AAP*	Depreciação acumulada	Total
Terrenos	-	14,970,889	-	14.970.889
Edificações e benfeitorias	2%	16.126.128	(3.758.326)	12.367.801
Instalações e instrumentos cirúrgicos	10% a 33%	4.149.778	(2.721.113)	1.428.665
Equipamentos de informática	20%	298.384	(262.232)	36.151
Máquinas e equipamentos	2% a 12,5%	216.229	(215.424)	805
Móveis e utensílios	6,66% a 10%	1.911.607	(1.368.225)	543.383
Veículos	20%	60.125	(60.125)	-
Imobilizado em andamento	-	20.010	-	20.010
		37.753.152	(8.385.446)	29.367.706
				29.701.765

A Administração da Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2023 e de 2022, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
 CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.E.: ISENTO
 Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810
 Tel.: 16.3209-2333

b. Movimentação do custo histórico

Descrição das Contas	Saldo em			Saldo em
	31/12/2021	Adições	Baixas	
APARELHOS DE MEDICINA E CIRURGIA	3.221.254,01	1.040.840,09	297.093,35	3.965.000,75
EDIFICACOES	5.052.736,85	0,00	0,00	5.052.736,85
EDIFICACOES HSP.C/AJUSTE VL.MERCADO 2010	10.729.496,14	0,00	0,00	10.729.496,14
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	276.666,92	108.892,65	92.450,84	293.108,73
EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSILIOS	1.810.487,47	469.534,66	397.765,83	1.882.256,30
INSTALACOES APARELHOS OXIGENIO	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
INSTRUMENTAL DE MEDICINA E CIRURGIA	160.911,08	26.975,00	26.975,00	160.911,08
MAQUINAS UTENSILIOS LAVANDERIA	216.229,56	0,00	0,00	216.229,56
OBRAS EM ANDAMENTO	20.009,63	0,00	0,00	20.009,63
TERRENOS	1.295.268,00	0,00	0,00	1.295.268,00
TERRENOS HSP.C/AJUSTE VL.MERCADO 2010	13.675.620,98	0,00	0,00	13.675.620,98
VEICULOS	60.125,21	0,00	0,00	60.125,21
Total Custo de Aquisição	36.524.805,85	1.646.242,40	814.285,02	37.356.763,23
(-) Depreciação acumulada	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
(-)DEPR.DE EDIFICACOES	-3.125.922,07	316.044,96	0,00	-3.441.967,03
(-)DEPR.DE EQUIP. MOVEIS E UTENSILIOS	-1.104.598,44	155.928,66	19.403,38	-1.241.123,72
(-)DEPR.DE APARELHO DE MEDICINA E CIRURG	-2.070.850,85	293.484,04	60.891,64	-2.303.443,25
(-)DEPR.DE MAQUINAS UTENSILIOS LAVANDEIR	-186.049,66	15.213,24	0,00	-201.262,90
(-)DEPR.DE INSTALACAO	-6.000,00	0,00	0,00	-6.000,00
(-)DEPR.DE VEICULOS	-56.447,06	2.942,52	0,00	-59.389,58
(-)DEPR.DE EQUIP.DE INFORMATICA	-227.291,19	20.223,40	1.409,46	-246.105,13
(-)DEPR.DE INSTRUMENTAL MEDICO E CIRURGI	-154.029,71	3.439,17	1.762,16	-155.706,72
Total Depreciação Acumulada	-6.931.188,98	807.275,99	83.466,64	-7.654.998,33
Saldo Líquido Imobilizado	29.593.616,87	838.966,41	730.818,38	29.701.764,90



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
 CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.E.: ISENTO
 Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810
 Tel.: 16.3209.2333

Descrição das Contas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
APARELHOS DE MEDICINA E CIRURGIA	3.965.000,75	23.166,77	5.300,00	3.982.867,52
EDIFICACOES	5.052.736,85	343.895,25	0,00	5.396.632,10
EDIFICACOES HSP.C/AJUSTE VL.MERCADO 2010	10.729.496,14	0,00	0,00	10.729.496,14
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	293.108,73	7.092,04	1.816,44	298.384,33
EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSILIOS	1.882.256,30	32.934,00	3.582,40	1.911.607,90
INSTALACOES APARELHOS OXIGENIO	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
INSTRUMENTAL DE MEDICINA E CIRURGIA	160.911,08	0,00	0,00	160.911,08
MAQUINAS UTENSILIOS LAVANDERIA	216.229,56	0,00	0,00	216.229,56
OBRAS EM ANDAMENTO	20.009,63	0,00	0,00	20.009,63
TERRENOS	1.295.268,00	0,00	0,00	1.295.268,00
TERRENOS HSP.C/AJUSTE VL.MERCADO 2010	13.675.620,98	0,00	0,00	13.675.620,98
VEICULOS	60.125,21	0,00	0,00	60.125,21
Total Custo de Aquisição	37.356.763,23	407.088,06	10.698,84	37.753.152,45
(-)DEPR.DE EDIFICACOES	-3.441.967,03	316.359,28	0,00	-3.758.326,31
(-)DEPR.DE EQUIP. MOVEIS E UTENSILIOS	-1.241.123,72	164.215,93	37.115,04	-1.368.224,61
(-)DEPR.DE APARELHO DE MEDICINA E CIRURG	-2.303.443,25	314.836,64	60.410,40	-2.557.869,49
(-)DEPR.DE MAQUINAS UTENSILIOS LAVANDEIR	-201.262,90	14.161,19	0,00	-215.424,09
(-)DEPR.DE INSTALACAO	-6.000,00	0,00	0,00	-6.000,00
(-)DEPR.DE VEICULOS	-59.389,58	735,64	0,00	-60.125,22
(-)DEPR.DE EQUIP.DE INFORMATICA	-246.105,13	18.193,98	2.066,64	-262.232,47
(-)DEPR.DE INSTRUMENTAL MEDICO E CIRURGI	-155.706,72	4.180,32	2.643,24	-157.243,80
Total Depreciação Acumulada	-7.654.998,33	832.682,98	102.235,32	-8.385.445,99
Saldo Líquido Imobilizado	29.701.764,90	-425.594,92	-91.536,48	29.367.706,46

14 Fornecedores de bens e serviços

Corresponde às obrigações da Entidade para com fornecedores de produtos e serviços, para manutenção das atividades da Entidade, e valores a pagar de repasse de honorários e serviços médicos.

	2023			2022		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	1.927.029	150.590	2.077.619	2.409.085	246.367	2.655.452
Honorário médicos	2.339.470	-	2.339.470	1.937.535	-	1.937.535
	4.266.499	150.590	4.417.089	4.346.620	246.367	4.592.987

15 Obrigações com empregados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Obrigações com férias	1.409.948	1.530.742
Salários e ordenados	469.055	386.299
Salários a Pagar-Piso Enf.	(97.478)	-
Encargos s/ férias	112.585	122.341
Acordo trabalhista	7.978	50.001
Empréstimos consignados	20.629	24.461
Rescisões contratuais	751	7.179
Pensão alimentícia a repassar	7.472	2.525
Seguro veículos	5.056	3.448
Desconto aparelho celular	150	195
	1.936.147	2.127.191

16 Obrigações tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
FGTS a recolher	113.289	103.661
INSS a recolher	84.656	72.462
IRRF a recolher	47.343	53.556
COFINS de terceiros a recolher	23.395	19.289
Parcelamento INSS	-	11.710
Parcelamento PIS, COFINS e CSLL	-	11.786
IRRF de terceiros a recolher	16.463	12.874
ISS de terceiros a recolher	17.087	7.564
CSLL de terceiros a recolher	7.798	6.430
INSS de terceiros a recolher	4.433	5.349
PIS de terceiros a recolher	5.069	4.179
	319.533	308.860

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas de juros anual	Vencimento final	2023			2022		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	9,51% a 11,35%	10/06/2025	1.534.329	2.705.444	4.239.773	2.003.278	385.205	2.388.483
Conta garantida		31/01/2023	320.741	-	320.741	297.274	-	297.274
			1.855.071	2.705.444	4.560.514	2.300.552	385.205	2.685.757

Refere-se a recursos tomados junto às instituições financeiras para capital de giro e financiamento de bens. São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço, e os juros respectivos incorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

A movimentação dos saldos para os exercícios de 2023 e 2022 está assim representada:

	2023	2022
Saldo anterior	2.685.757	3.613.974
Captações	6.704.166	1.646.853
Juros passivos	658.530	338.213
Pagamento de financiamentos (principal)	(5.487.939)	(2.581.299)
Pagamento de financiamentos (juros)	(658.530)	(331.984)
	4.560.514	2.685.757

Os contratos de empréstimos mantidos pela Entidade junto às instituições financeiras, contém cláusulas usuais de compromissos ("covenants"), relacionados a aspectos administrativos e Compromissos ("covenants") operacionais. Para todos os contratos, em 31 de dezembro de 2023 a Entidade está em conformidade frente aos compromissos assumidos.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JABOTICABAL
 CNPJ: 56.896.368/0001-34 - I.E.: ISENTO
 Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.387 - Centro - Jaboticabal - SP - CEP: 14870-810
 Tel.: 16.3209-2333

18 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais condicionadas à aquisição de ativos e custeio. São reconhecidas como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, e aquisição de materiais de consumo.

a. Composição do saldo

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Subvenções Vinculadas a Imobilizações	-	230.296	230.296	-	343.350	343.350
Subvenção Conv 918930/2021	-	235.058	235.058	-	261.860	261.860
Convênio 03/2022 Estadual	-	-	-	238.795	-	238.795
Subvenção Conv 155/2021	-	172.586	172.586	-	192.891	192.891
Subvenção conv 055/2022	-	165.907	165.907	-	187.945	187.945
Subvenções Vinculadas a imobilizações	-	90.282	90.282	-	103.881	103.881
Convênio 001360/2022 Emenda 202206734993	-	-	-	100.000	-	100.000
Subvenções Vinculadas a imobilizações	-	68.598	68.598	-	79.154	79.154
Emenda parlamentar 2020.2216752	63.679	-	63.679	72.614	-	72.614
Santa Casa mais sustentáveis - sem papel	-	-	-	45.646	-	45.646
Convênio 04/2022 Federal	-	-	-	28.066	-	28.066
Reforma Unidade AVC	-	-	-	19.602	-	19.602
Emenda 2021 Secretaria do Estado de SP	-	-	-	10.387	-	10.387
Convênio 0918930-2021 SICONS	-	-	-	3.991	-	3.991
Convênio 000155/2021 Demanda 009840	-	-	-	774	-	774
Subvenções vinculadas a custeios	5	-	5	5	-	5
Emenda parlamentar - convênio 03/2021	-	-	-	-	-	-
Convênio 11/2020 Prorrogação XI	-	-	-	-	-	-
Fundo Mun. de Saúde proposta 36000	-	-	-	-	-	-
Programa sem papel demanda 6862	-	-	-	-	-	-
Portaria GM-MS 16/08/2023	88.629	-	88.629	-	-	-
	152.312	962.726	1.115.038	519.880	1.169.081	1.688.961

b. Movimentação das subvenções de curto prazo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	447.261	859.782
Adição de recursos	1.153.135	9.312.670
Rendimentos de aplicações financeira	13.951	46.780
Aplicação de recursos em custeio	(1.384.165)	(9.088.375)
Aplicação de recursos em investimentos	-	(683.596)
Receita com depreciação	215.289	223.918
Despesa com depreciação	(215.289)	(223.918)
Devolução de recursos	(41.554)	-
Saldo final contas com restrição	88.629	447.261
Saldo final residual a depreciar	63.683	72.619
Saldo subvenções a realizar passivo circulante	152.312	519.880

19 Outras obrigações

Refere-se a obrigações com prestadores de serviços parceladas, e adiantamento a clientes com posição em 31 de dezembro de 2023, conforme detalhado abaixo

	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Adiantamento Unimed Jaboticabal	63.431	334.536	397.967	63.431	399.259	462.690
Parcelamento Unimed Contratado	111.456	436.535	547.991	136.582	500.800	637.382
Adiantamento de clientes	76.534	-	76.534	314.215	-	314.215
Adiantamento Credimogiana	-	-	-	38.750	-	38.750
Parcelamento SAAEJ	102.051	-	102.051	110.539	-	110.539
	353.472	771.071	1.124.543	663.517	900.059	1.563.576

20 Provisão para contingências

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhistas	299.320	265.000
Cíveis	120.000	120.000
Tributárias	-	-
	419.320	385.000

A Entidade, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Entidade para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Entidade estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais

21 Passivos contingentes

A Entidade discute ações cíveis e trabalhistas cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2023 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como remoto.

Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

22 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

É representado em valores que compreendem o Patrimônio Social inicial, acrescido de superávits e subvenções para investimento e diminuído dos déficits ocorridos, sendo que o resultado do exercício será incorporado ao patrimônio social quando da aprovação das contas em assembleia.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Referente a adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), cuja realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária

c. Déficit do exercício

Representa o resultado do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.

23 Subvenções e doações

Os recursos financeiros recebidos pela Entidade de órgãos governamentais destinados a custeio e investimentos são devidamente aplicados de acordo com o objeto do Termo Aditivo e/ou Convênio firmado e feita a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor. São reconhecidas no resultado observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

A Entidade recebeu doações da comunidade local, tanto por pessoas físicas, quanto jurídicas, em dinheiro ou em materiais que foram destinadas ao custeio das atividades da instituição.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subvenções e Doações		
Subvenções Federal	1.398.137	1.371.025
Subvenções Estadual	260.746	700.423
Subvenções Municipal	15.352.797	12.941.449
	<u>17.011.680</u>	<u>15.012.898</u>
Doações Particulares		
Doações – Pessoas Físicas e Jurídicas	222.646	228.198
	<u>222.646</u>	<u>228.198</u>
	<u>17.234.325</u>	<u>15.241.096</u>

24 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de

impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

25 Imunidade das contribuições usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está apresentada a seguir:

Contribuição	2023	2022
INSS Cota Patronal	3.302.915	3.356.746
COFINS	766.852	791.682
IPTU	72.217	80.863
I.S.S.Q.N.	511.235	527.788
	4.653.219	4.757.079

26 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Entidade protocolou pedido de renovação do CEBAS através do processo n. 25000.054340/2020-33, onde obteve deferimento pelo Ministério da Saúde através da Portaria n. 880 de 14/09/2020, fazendo jus aos benefícios da filantropia pelo período de 01/06/2020 a 31/05/2023.

No dia 25/05/2023 foi publicada a Portaria nº 464 do Ministério da Saúde /Secretária Especializada à Saúde, que prorroga nos termos do parágrafo 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a vigência de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), até o dia 31 de dezembro de 2024.

27 Atendimento ao sistema único de saúde – SUS

Na Área da Saúde, a Santa Casa de Misericórdia de Jaboticabal, no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei Complementar n. 187 de 16/12/2021, que revogou a Lei 12.101/2009, e seus respectivos decretos regulamentadores, incluindo a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, prestou ao longo do exercício de 2022, atendimento à pacientes Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado:

▪ Departamento de saúde

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capacidade Instalada (Leitos)	82	82
Dedicado ao Sus (Leitos)	52	52
% Sus	63%	63%

▪ Atendimentos

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<u>Quant.</u>	<u>%</u>	<u>Quant.</u>	<u>%</u>
Internados				
Sistema Único de Saúde- SUS	2.392	48%	2.454	50,53%
Convênios/Particulares - não SUS	2.570	52%	2.403	49,47%
	<u>4.962</u>	<u>100%</u>	<u>4.857</u>	<u>100,00%</u>
Pacientes/dia				
Sistema Único de Saúde- SUS	9.447	54%	9.060	55,68%
Convênios/Particulares - não SUS	8.117	46%	7.211	44,32%
	<u>17.564</u>	<u>100%</u>	<u>16.271</u>	<u>100,00%</u>
Atendimentos Ambulatoriais				
Sistema Único de Saúde- SUS	5.914	81%	6.250	69,67%
Convênios/Particulares - não SUS	1.376	19%	2.721	30,33%
	<u>7.290</u>	<u>100%</u>	<u>8.971</u>	<u>100,00%</u>

- Cálculo filantropia:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pacientes/dia	54%	55,68%
Atendimentos Ambulatoriais	10%	10,00%
	<u>64%</u>	<u>65,68%</u>

Os quadros acima demonstram que a Entidade cumpriu em 2023 com os requisitos da filantropia na Área da Saúde pelo oferecimento e cumprimento de no mínimo 60% de atendimento aos beneficiários do Sistema Único de Saúde – SUS, tendo atingido em 2023 o percentual de 64% de sua capacidade, por esse motivo, o valor relativo aos custos desses atendimentos não é apresentado como custo de gratuidade na Demonstração do Resultado do Exercício.

28 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, fornecedores e prestadores de serviços, empréstimos e financiamentos, e outras obrigações. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

29 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

30 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar seguros de prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, 8 de fevereiro de 2024, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a situação patrimonial e financeira da Entidade.
